

Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 - 1978¹

Marcus Figueiredo

IUPERJ

Resumo

Este artigo apresenta o uso do indicador Volatilidade Eleitoral de Pedersen no estudo do processo eleitoral brasileiro para o período entre 1950 e 1978. O autor analisa o movimento eleitoral global e nos Estados da federação por períodos eleitorais específicos e encontra um comportamento direcionado para os partidos políticos não-conservadores.

Palavras-chave: volatilidade eleitoral, eleições presidenciais, partidos políticos

Abstract

This article uses the measure of the Electoral Volatility by Pedersen in the period between 1950 and 1978. The author analyses the electoral movement for the country and for each state of the federation and he finds a behavior oriented to non-conservative political parties.

Keywords: electoral volatility, presidential election, political parties

¹ Este artigo é parte de um trabalho maior desenvolvido pelo grupo de estudos eleitorais do IUPERJ no projeto "Brasil, 50 anos de eleições". Apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 17-20 de outubro de 1995.

Introdução

O indicador *Volatilidade Eleitoral*, desenvolvido por Pedersen (1982), tem sido usado como evidência para o estudo da institucionalização e para classificação dos sistemas eleitorais. A base empírica mais usada, tanto para a sua criação, quanto para estudos posteriores, tem sido os resultados eleitorais das eleições parlamentares nos países europeus. A transposição deste indicador para o estudo de sistemas partidários cujas regras eleitorais diferem das regras usuais na Europa requer cuidados e decisões analíticas cautelosas. Caso contrário, corre-se o risco de se produzir indicadores sem maiores significados substantivos.

O fenômeno da volatilidade eleitoral consiste na mudança/manutenção da direção do voto do eleitorado entre duas eleições consecutivas. Assim, se um eleitorado for absolutamente fiel e se os candidatos em duas eleições consecutivas forem os mesmos, por definição a volatilidade eleitoral observada será igual a zero, o que é intuitivo. Portanto, a hipótese histórica contida na definição da volatilidade eleitoral é, basicamente, a seguinte: os sistemas partidários são institucionalizados quando a volatilidade eleitoral observada for relativamente constante e baixa por um longo período.

Com esta definição, o estudo da volatilidade e, sem dúvidas, promissor para a descrição do processo político nas democracias.

O indicador volatilidade eleitoral e sua aplicação

O indicador *Volatilidade Eleitoral* (V_t) é uma medida agregada que resulta do somatório das perdas e ganhos dos partidos entre duas eleições, dividido por dois. As perdas e ganhos dos partidos tanto podem ser expressas em proporções de votos ou cadeiras no parlamento. Assim, a volatilidade total é dada pela fórmula:

$$VT = \sum(V_{t_i} - V_{t_{i-1}})/2$$

Como este somatório de perdas e ganhos é tomado em valores absolutos, o valor final de VT significa o resultado líquido da movimentação dos votos no sistema entre os dois momentos considerados. Um VT de tamanho 10, por exemplo, significa que 10% do eleitorado mudou o seu voto de uma eleição para outra. Neste sentido, como aponta pedersen, o indicador VT é neutro, pois não indica de onde os votos saíram e para onde eles foram. Perguntas deste último tipo talvez sejam mais interessantes. Mas a pertinência do indicador VT está justamente em apontar se ocorreram mudanças agregadas suficientemente grandes para serem capazes de indicar que alguma movimentação expressiva aconteceu (ou está acontecendo) no eleitorado.

Quero agora chamar a atenção para a aplicação deste indicador no estudo do processo eleitoral brasileiro.

A medida VT toma como dado as regras eleitorais européias, que, no que nos interessa aqui, estabelecem que o voto para o parlamento é partidário, isto é, é dado à sigla do partido, ou, quando muito, estabelecendo ordens de preferência dentro da lista do partido, e não como no Brasil, onde a grande maioria do voto parlamentar é nominal. Neste caso, diferentemente da Europa, a circulação das elites entre as siglas é um elemento altamente perturbador na produção da VT, pois os eleitores tendem a seguir com o voto seus candidatos, produzindo cadeiras para as siglas onde eles se encontram. Mas, a própria dança das elites é, por si só, indicador da instabilidade do sistema partidário. Neste sentido o efeito da dança partidária dos políticos na VT é o de aumentar o seu valor, o que significa a não institucionalização do sistema partidário.

Este raciocínio circular foi feito propositadamente, para gerar os seguintes cenários.

1. Se tomarmos como fonte da volatilidade os votos nominais dos candidatos ao parlamento em sucessivas eleições, independentemente dos partidos em que estejam filiados, teremos como resultado uma taxa de fidelidade eleitoral ou de volatilidade eleitoral nominal. O resultado pode ser uma extraordinária estabilidade de candidaturas individuais, mas não sistêmica. Esta situação torna-se dramática ao aplicarmos o indicador da volatilidade às disputas majoritárias, para senadores, governadores e ou presidentes, especialmente no período pós-79.

2. Se, por outro lado, tomarmos os votos agregados às siglas ou às cadeiras que os partidos conseguiram na Câmara, num momento de alta rotação das elites, observaremos uma alta taxa de volatilidade, indicando grande movimentação do eleitorado e instabilidade sistêmica. Neste caso há, de fato, instabilidade sistêmica, mas poderá haver, simultaneamente, estabilidade de candidaturas. Por exemplo, Mainwaring e Scully (1994, p. 48) tomando a proporção de cadeiras na Câmara, obtidas pelos partidos nos anos 82 a 90, encontraram uma volatilidade média para este período de 40,9%, o que é altíssima seja qual for o padrão considerado. A fonte dessa alta taxa de volatilidade vem quase que exclusivamente da rotação das elites partidárias, com a formação do PFL entre as eleições de 82 e 86 e a formação do PSDB entre as eleições de 86 e 90. Embora sem ter feito o cálculo da taxa de "fidelidade" eleitoral nominal (cenário 1), acredito que esta seja alta.

Feitas essas ressalvas, podemos ir em frente tendo como precaução o entendimento do significado da taxa de volatilidade sistêmica: é um indicador neutro que nos dá apenas o tamanho da movimentação do eleitorado. Embora a taxa de volatilidade seja substantivamente restrita ela nos oferece indicadores importantes do processo histórico.

Ao examinarmos um longo período de eleições e de posse da taxa de volatilidade dos sucessivos pares de eleições podemos identificar, inicialmente, a natureza do processo sob observação, que pode ter três comportamentos paradigmáticos:

1. Taxas iniciais altas (acima da média do período considerado) com declínio ao longo do tempo, com um quadro partidário estável. Neste caso estamos diante de um processo de estabilização da preferência eleitoral;

2. Taxas iniciais baixas (abaixo da média do período) com crescimento ao longo do período, com um quadro partidário estável. Neste caso estamos diante de um processo de desestabilização da preferência inicial do eleitorado ou em um processo de realinhamento eleitoral.

3. Taxas iniciais medianas (próximas à média do período) e que assim permanecem ao longo do período, com um quadro partidário estável. Neste caso estamos diante de duas hipóteses. As taxas observadas podem ser o resultado de um processo crônico de instabilidade na preferência eleitoral dos eleitores ou as taxas de volatilidade podem ser o resultado das rotações das elites, pela mudança de siglas ou criação de novos partidos.

Há uma quarta possibilidade residual. Seja qual for a taxa de volatilidade inicial e estando o sistema já estabilizado podemos observar de tempos em tempos uma alteração drástica na taxa, e o seu retorno ao seu padrão histórico.

Do ponto de vista analítico, as histórias eleitorais contidas nos cenários 2 e 3 são os mais interessantes. o cenário 1 aponta para a afirmação da teoria da socialização política, tendo os partidos como principais mediadores entre o eleitorado e o governo.

Os cenários comportamentais 2 e 3 apontam para sistemas políticos eleitorais em mudança, com possível realinhamento e ou instabilidade eleitoral e partidária, respectivamente. Estes dois cenários são mais atraentes na medida em que todas as fontes capazes de influir na produção final da taxa de volatilidade precisam ser pesquisadas para se obter uma resposta satisfatória.

O padrão da volatilidade eleitoral no Brasil, 1950 - 1978

Como foi dito acima, o índice de volatilidade é neutro. Ele não especifica qual a direção das mudanças eleitorais. Para superar esta pequena deficiência podemos proceder da seguinte maneira.

O cálculo da volatilidade toma o valor absoluto de votos para um mesmo partido entre duas eleições, com isso podemos especificar se o saldo entre a eleição 1 e 2 é positivo ou negativo. Se positivo, o partido ganhou votos; se negativo, o partido perdeu votos (ou cadeiras). Assim, podemos especificar, entre duas

eleições, quais partidos ganharam e quais perderam. Dependendo da situação sob observação podemos ainda comparar, entre si, os saldos positivos e os saldos negativos com o objetivo de determinar, entre eles, quem ganhou mais e quem perdeu mais. Finalmente, pode-se ainda agrupar os partidos em blocos, segundo um critério qualquer, para examinar a volatilidade parcial intra-blocos e entre blocos de partidos.

O estudo da volatilidade parcial intra e entre blocos de partidos é o que produz mais informação sobre o comportamento agregado do eleitorado e sobre o grau de estabilidade do sistema. Aqui duas hipóteses são relevantes:

1. Seja qual for a volatilidade total, podemos observar alta volatilidade dentro dos blocos partidários e, simultaneamente, baixa volatilidade entre os blocos partidários; a confirmação empírica dessa configuração nos permite afirmar, inicialmente, a existência de uma certa estabilidade eleitoral entre os blocos partidários, isto é, independentemente de siglas ou rotação das elites, o eleitorado mantém-se relativamente fiel reproduzindo seu voto dentro dos mesmos blocos partidários. Entretanto, dentro de cada bloco partidário a alta volatilidade observada pode vir de duas fontes: instabilidade do eleitorado ou rotação dos candidatos.

2. Seja qual for a volatilidade total, podemos observar alta volatilidade entre os blocos partidários.

A confirmação dessa hipótese nos coloca diante de uma situação de realinhamento eleitoral.

É esta segunda hipótese que se confirma para o período da história eleitoral brasileira que apresento a seguir.

Para descrever este processo tomei seis pares de eleições entre 1950 e 1978, divididos em dois períodos: antes e depois de 1966, quando houve a reforma autoritária com a criação do MDB e da ARENA, substituindo o sistema multipartidário anterior.

A base tomada para o cálculo da volatilidade foram as cadeiras obtidas pelos partidos, por Estado da federação. Quaisquer que possam ser as críticas a este procedimento, nenhuma delas supera o ganho obtido: seria impossível tomar a votação dada aos partidos, uma vez que a distribuição dos votos dentro das alianças e coligações não especificava os totais parciais de votos para os partidos integrantes dessas alianças ou coligações, durante o primeiro período analisado. Para manter a comparabilidade, o mesmo critério foi usado no segundo período analisado. Finalmente, foram deixados de fora os Territórios, mesmo aqueles que se tornaram Estados posteriormente, pois suas contribuições para o valor agregado da volatilidade eram negligíveis. Assim, a base do cálculo das volatilidades Total - Brasil - e Parciais - Bancadas estaduais - são as cadeiras obtidas pelos partidos em 21 estados, cujos valores estão na Tabela 1, em anexo.

Na Tabela 1 apresento os seguintes resultados: a volatilidade total para cada Estado e a volatilidade total para o Brasil, para os três pares de eleições de cada um dos dois períodos. Apresento também a volatilidade média de cada período, por estado e para o Brasil, e os respectivos desvios-padrão. Finalmente, em cada par de eleições, marco com (*) a volatilidade observada em direção aos partidos conservadores (saldos positivos). Com isso temos o tamanho da volatilidade e sua direção, estado por estado, ao longo dos dois períodos.

Principais resultados

O movimento global do eleitorado

Inicialmente, temos, com base no indicador *Volatilidade Eleitoral* para o Brasil, um processo nítido de realinhamento eleitoral no período 1950-1962. Neste período, o eleitorado brasileiro redireciona o seu voto em direção aos partidos não conservadores. Este processo conduziu a Câmara de Deputados à situação de equilíbrio parlamentar entre os três maiores partidos em 1962: o PSD, o PTB e a UDN. O movimento do eleitorado foi, no caso, em direção ao PTB, saindo basicamente do PSD, já que, no período, a votação da UDN manteve-se relativamente estável.

Em relação ao segundo período analisado - 1966 a 1978, tomando-se a volatilidade global para o Brasil, duas afirmações podem ser feitas. Primeiro, o eleitorado entre 1966 e 1974 movimentou-se em direção ao MDB, notadamente da eleição de 1970 para a eleição de 1974. Segundo, o refluxo do eleitorado que ocorre na eleição seguinte - 1978 - em direção à ARENA, pode ser creditado, parcialmente, ao efeito da lei Falcão.

O movimento do eleitorado nos estados, 1950 - 1962

Este período é de grande movimentação do eleitorado. O quadro partidário era relativamente estável. Embora com muitos partidos nominais, não havia a proliferação de fusões, trocas desenfreadas de partidos e criação de novos com peso eleitoral como temos hoje em dia, após 1982.

Neste sentido, a movimentação eleitoral observada pode ser perfeitamente creditada ao avanço eleitoral dos partidos não conservadores, especialmente o PTB. Entretanto, esta movimentação não foi homogênea nas diversas regiões e estados do país. Na verdade, o realinhamento eleitoral, de fato, inicia-se entre as eleições de 1950 e 1954, mas toma fôlego mesmo entre 1954 e 1962. Vejamos isto no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1
Realinhamento eleitoral nos estados
Brasil 1950 -1962

Pares de eleições	Em direção a partidos não conservadores	VT = 0	Em direção a partidos conservadores
1950 - 1954	AM PA PI CE PE BA ES RJ SP (9)	RN PB SE RS MT GO (6)	MA AL MG DF PR SC (6)
1954 - 1958	AM CE RN PB PE AL MG ES RJ DF SP PR RS (13)	MA PA PI SC MT GO (6)	SE BA (2)
1958 - 1962	AM PA CE RN PE AL BA ES RJ GB SP PR MT GO (14)	MA SE (2)	PI PB MG SC RS (5)

Nota: Números entre parênteses correspondem ao total de estados; DF é o então Distrito Federal e GB o antigo estado da Guanabara

Como podemos observar, este período nos mostra um quadro de realinhamento eleitoral global no último par de eleições, mas nos mostra também situações de estabilidade eleitoral e oscilações. Por exemplo, nos estados da Amazônia, do Ceará, do antigo Rio de Janeiro e de São Paulo o eleitorado se movimenta sempre em direção aos partidos não conservadores; nos estados da Bahia e de Minas Gerais o eleitorado oscila muito; e em outros, como os estados do Mato Grosso e Goiás, o eleitorado mantém-se estável entre 1950 e 1958 e começa se realinhar em direção aos partidos não conservadores somente na eleição de 1962.

O movimento eleitoral nos estados, 1966-1978

Neste período a situação partidária mudou radicalmente. É o período do bipartidarismo funcionando sob a censura política.

Apesar das condições políticas da época o movimento global do eleitorado vai em direção do MDB. Mesmo considerando que a volatilidade entre as eleições de 1974 e 1978 foi em direção à ARENA, o seu valor é inferior ao observado entre as eleições de 1970 e 1974. Isto é, a Lei Falcão ajudou a ARENA em 1978, a recuperar cadeiras perdidas na eleição anterior. Dada a configuração bipartidária, o movimento do eleitorado ficou mais nítido, comparado com o sistema anterior. Vejamos isto no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2
Realinhamento eleitoral nos estados
Brasil, 1966 -1978

PARES DE ELEIÇÕES	MDB	ARENA
1966 - 1970	AM PA PI CE RN PB PE SE ES RJ GB SP PR SC GO (15)	MA AL BA MG RS MT (6)
1970 -1974	AM PA MA RN PE AL SE BA MG ES RJ GB SP PR SC RS MT GO (18)	PI CE PB (3)
1974 - 1978	CE BA MT (3)	AM PA MA PI RN PB PE AL SE MG ES RJ SP PR SC RS GO (17)

Nota: números entre parênteses correspondem ao total de Estados; no último par de eleições temos só 20 estados devido à fusão entre os antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Comentários finais e novas linhas de estudo

Neste trabalho meu objetivo foi o de mostrar a utilidade do uso do indicador político *Volatilidade Eleitoral*. Apesar das restrições que se possa fazer a este índice, ele é potencialmente proveitoso para nos mostrar o padrão de movimentação do eleitorado.

O valor da volatilidade observada tem causas no processo político e social. A hipótese intuitiva para uma $VT = 0$, significando alta estabilidade eleitoral e do sistema partidário tem como hipótese histórica a sedimentação política da sociedade em torno dos partidos existentes em um dado momento de sua história. Como apontei no início deste trabalho, a estabilização de um sistema político-partidário se configura quando observamos por um bom período valores da volatilidade próximos a zero. Se o suposto é este, qualquer alteração na volatilidade observada exige buscar suas causas.

A literatura que trabalha com este tipo de indicador aponta três fontes distintas que podem explicar as alterações na volatilidade.

1. Variáveis do tipo institucionais, tais como alterações na lei eleitoral, criação, fusão ou desaparecimento de partidos e, ainda, crescimento burocrático dos partidos;

2. Variáveis sociológicas, tais como incorporação de novos contingentes de eleitores, mudanças na estrutura social - notadamente em períodos de alta mobilidade social e o “entra e sai” de eleitores no sistema, quer pela via da abstenção ou pela via do voto em branco e nulo.

3. Variáveis políticas, tais como mudanças sensíveis no discurso e comportamento dos partidos e experiência governativa de um ou mais partidos, em governos de coalizão.

Do ponto de vista da nossa história eleitoral ainda estão por ser pesquisadas as razões das taxas de volatilidade observadas.

Para o período de 1950 a 1962, por exemplo, o foco de nossa atenção deve se voltar mais para variáveis sociológicas, já que não ocorreu, no período, mudanças institucionais capazes de influir decisivamente na produção dos índices de volatilidade observados. Dentre as variáveis sociológicas, creio que três teriam grande influência: as migrações internas, as mudanças sociais e ocupações devido à industrialização do país e a incorporação de grandes contingentes de novos eleitores.

Para o período autoritário, as variáveis políticas e institucionais devem ser as responsáveis pela volatilidade observada, especialmente a entrada e saída de eleitores no sistema, através de abstenções, votos nulos e em branco e a Lei Falcão controlando a propaganda política.

Para o período atual, pós-1982, a volatilidade deverá ter sua origem em variáveis políticas e institucionais. Aqui, as mudanças nas leis eleitorais e os movimentos de criação e fusão de partidos deverão ter um peso grande neste processo de “realinhamento” do eleitorado.

Tabela 1
Taxa de volatilidade eleitoral
Brasil - 1950 A 1978

	Volatilidade eleitoral agregada						Volatilidade média			
	50/54	54/58	58/62	66/70	70/74	74/78	50/62		66/78	
	%	%	%	%	%	%	%	DP	%	DP
AM	42,8	7,1	3,9	4,2	18,2	19,4*	17,9	21,5	13,9	8,4
PA	7,7	0,0	13,7	12,1	5,4	2,5*	7,1	6,8	8,7	3,3
MA	66,8*	0,0	0,0	2,9*	0,6	5,8*	22,2	30,8	3,1	2,6
PI	30,0	0,0	11,8*	0,7	3,6*	5,9*	13,9	15,1	3,4	2,6
CE	9,5	9,5	14,3	1,8	1,5*	1,5	11,1	2,7	1,6	0,2
RN	0,0	10,0	40,0	26,0	4,2	1,7*	16,6	20,8	10,6	18,9
PB	0,0	21,4	2,6*	1,8	0,9*	4,8*	8,0	11,6	2,5	2,0
PE	6,9	20,0	2,7	5,4	6,3	1,8*	17,9	10,2	4,5	2,4
AL	16,6*	8,3	25,0	0,3*	5,0	4,2*	16,6	8,3	3,2	2,5
SE	0,0	10,0*	0,0	7,3	5,5	2,0*	3,3	5,7	4,9	2,7
BA	5,4	6,6*	18,9	4,7*	5,9	0,7	10,2	6,8	3,8	2,7
MG	0,3*	2,4	0,6*	0,3*	18,7	3,9*	1,1	1,1	7,6	9,7
ES	10,0	10,0	16,4	3,4	7,4	4,8*	12,1	3,6	5,3	2,1
RJ	15,0	10,0	14,2	2,0*	17,4	2,2*	13,1	2,6	6,4	6,5
DF / GB	0,5*	10,0	23,3	3,0	7,5		11,3	11,4		
SP	0,9	12,8	6,4	8,3*	37,1	6,2*	6,7	5,9	17,2	17,3
PR	2,5*	23,6	6,5	3,5	13,6	11,7*	10,9	11,2	9,6	5,4
SC	1,3*	0,0	3,6*	7,6	16,9	7,6*	1,6	1,8	10,7	5,4
RS	0,0	10,1	2,4*	0,6*	13,2	9,1*	4,2	5,2	7,6	6,4
MT	0,0	0,0	8,2	8,6*	12,6	2,7	2,7	4,7	7,9	4,9
GO	0,0	0,0	3,4	6,1	1,9	0,1*	1,2	1,9	2,7	3,1
BRASIL	1,3	5,9	9,6	0,0	17,5	12,9*	5,6	4,1	10,1	9,1

(*) Valores com asterisco indicam volatilidade em direção aos partidos conservadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLINI, S.; MAIR, P. *Identity, competition and electoral availability: the stabilization of european electorates, 1885 - 1985*. Sage Publications, 1986.

CAMPELLO DE SOUZA, M. C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

DAALDER, H.; MAIR, P. (ed.). *Western european party systems: continuity and change*. Sage Publications, 1984.

KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB*. São Paulo: Vértice / IDESP, 1988.

LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança*. São Paulo: Editora Vozes, 1980.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora / IUPERJ, 1991.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments*. New York: The Free Press, 1967.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Revista DADOS*, v. 37, n. 1, 1994.

PEDERSEN, M. N. Changing patterns of electoral volatility in european party systems, 1948 - 1977: explorations in explanation. In: DAALDER, H. *Western european party systems: continuity and change*. Sage Publications, 1984.

PRZEWORSKI, A. Institutionalization of voting patterns, or is mobilization the source of decay?. *The American Political Science Review*, v. 49, n. 1, march 1975.

SOARES, G. A. D. O Previsível eleitor brasileiro. *Ciência Hoje*, v. 2, n. 9, 1983.

SOUZA, A.; LIMA JR., O.; FIGUEIREDO, M. Brizola y las elecciones de 1982 en Rio de Janeiro. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 69, n. 2, 1987.

Recebido para publicação em Novembro de 1995.